

ARTIGO DOSSIÊ

REVOLUÇÃO RUSSA E REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

RUSSIAN REVOLUTION AND LATIN AMERICAN REVOLUTION

YURI MARTINS FONTES*

RESUMO

A experiência vitoriosa da Revolução Russa representou para o mundo e para o marxismo em particular um contundente ânimo civilizacional: evento que abalou estruturas e insuflou vigor no debate teórico e na prática política de povos de todo o planeta. Na América esse impacto se fez sentir forte por volta dos anos 1920, com a criação dos partidos comunistas. Dentre as principais questões enfrentadas pelo marxismo latino-americano, nesse tempo de formação, está a de compreender o *caráter* da revolução em nossas nações; debate que se vincula a um outro também fundamental, o *político*: a definição de estratégias, métodos de lutas, e formas das possíveis alianças.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Russa, Revolução Latino-Americana, formação do marxismo na América.

ABSTRACT

The victorious experience of the Russian Revolution represented to the world and to Marxism in particular a forceful civilizational mood: an event that has shaken structures and breathed vigor into both the theoretical debate and the political practice of peoples across the planet. In America this impact was felt strong around the 1920s, with the creation of communist parties. Among the main issues faced by Latin American Marxism, then in its formative time, is to understand the *character* of the revolution in our nations; a debate that is linked to another also fundamental, the *political*: the definition of strategies, methods of fights, forms of possible alliances.

KEYWORDS: Russian Revolution, Latin American Revolution, formation of Marxism in America.

A Revolução Russa foi para o mundo um choque e um chamamento – um evento que abalou estruturas e insuflou ânimo tanto no debate teórico, como na prática política de povos de todo o planeta. Na América esse impacto se fez sentir forte por volta dos anos 1920, quando, sob o estrondo bolchevique, dá-se a criação da grande maioria dos partidos comunistas do continente. Como consequência deste surto organizativo, é por esses tempos que a Internacional Comunista (IC) – fundada em Moscou no ano de 1919, por Lenin e seus camaradas vitoriosos – passaria a olhar com seriedade para as nações americanas e por conseguinte a exercer sua influência enquanto “grande partido mundial”. Se a influência da Revolução de Outubro foi decisiva na reconfiguração política do socialismo na América – ainda tão incipiente –, foi outrossim peça chave para alicerçar a abertura criativa do pensamento marxista latino-americano. Animados por seu sopro de utopia concreta, grandes representantes do nosso marxismo logo ousaram se contrapor aos dogmas de matiz positivista que afetaram (antes e depois de 1917) as interpretações de sua realidade, e até mesmo princípios da própria filosofia da práxis. Dentre as principais questões enfrentadas neste período – que se considera o de *formação* de um *autêntico* marxismo latino-americano –, algumas dizem respeito à teoria da história, à *peculiaridade* ou *natureza* do processo revolucionário na América de modo geral; outras são reflexões de âmbito universal, relativas a aspectos mais propriamente *filosóficos* do pensamento marxista (tais como o caráter ontológico da práxis na construção histórica humana).

Até então, o parco marxismo que chegara à América, em seu esforço por interpretar nossa realidade histórica, e subsequentemente

elaborar ações políticas revolucionárias, encontrava-se ainda bastante restrito às concepções dogmáticas que então predominavam nos círculos da Internacional Socialista (IS): casos do *evolucionismo parlamentar* e do *economicismo mecanicista*, com que a corrente social-democrata havia então desviado esta Internacional dos princípios marxistas mais fundamentais: a concepção *dialética da história* e a impossibilidade (ética e epistemológica) de separação entre teoria e prática – ou em um conceito categórico, a *práxis*. Após a perda do gênio de Lenin, com sua liderança estável que unificava o Partido, e dados os crescentes problemas estruturais e agressões internas e externas, tem lugar nos anos 1930 a paulatina burocratização soviética; e então novamente a rigidez dogmática – antidialética, cientificista, eurocêntrica – retornaria à proa do movimento marxista internacional, ainda que ora sob novos adornos; e seria igualmente enfrentada – não obstante a hegemonia mundial que o PC Soviético exerceu no período.¹

Períodos do socialismo na América

De modo esquemático – para fins de análise de alguns dos principais temas de debate –, pode-se caracterizar quatro períodos históricos do pensamento socialista americano, desde seu início, até o final do “breve” século XX, sendo três deles de evolução dentro de um campo predominantemente marxista, e um precedente, que se caracteriza por seu ecletismo, em que ideias de Marx começam a ser absorvidas, embora lidas de forma ainda incipiente e mescladas às dos socialismos pré-marxistas.²

O primeiro desses estágios, caracterizado pela efervescência iluminista moderna, principia em meados do século XIX, com a elaboração das primeiras e ainda *idealistas* reflexões socialistas e perpassa a década de 1870, quando se dá, conforme registros da imprensa, a chegada das ideias de Marx à América trazidas por revolucionários franceses perseguidos (ecos da Comuna de Paris de 1871), e em seguida (anos 1880) pela leva de imigrantes alemães fugidos da repressão anti-socialista de Bismark. A partir de 1890, um marxismo cientificista-dogmático acompanha o apogeu da IS. Trata-se de um período anterior à ampla difusão e efetivo protagonismo do pensamento marxista no movimento proletário, que se consolidaria com a Revolução de 1917; um tempo de maturação de variados e ecléticos ideais socialistas, em que há a predominância de socialismos idealistas e de correntes anarquistas (especialmente o anarco-sindicalismo), apesar de a obra de Marx começar a ser discutida e divulgada: caso da publicação argentina do *Manifesto Comunista*, em 1893, ou da tradução do volume I d'O *Capital* por Juan Justo, em 1895.³

Por esse tempo, em diversos países da América, intelectuais e ativistas socialistas pré-marxistas, ou com uma leitura ainda incipiente de Marx, contribuirão com a construção do que seria o germe do florescer comunista. E não cabe aqui alimentar falsas e recorrentes polêmicas acerca de quem seria o “primeiro marxista latino-americano”, pois que isto serve somente para dar espaço ao sectarismo ou ao personalismo sensacionalista – posturas que afetam análises pretensamente marxistas e que não servem à *práxis*, mas apenas ao fetiche *competitivo* burguês.

Dentre tantos nomes a serem lembrados, estão: o escritor argentino Esteban Echeverría, que em 1846 publica sua obra de viés fisiocrático *Dogma socialista*; o general brasileiro que lutou com Bolívar, Abreu e Lima, autor de *O Socialismo* (1895), obra que mistura a ética cristã com um socialismo positivista; o escritor e jornalista Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões* (1902); o escritor e advogado Emilio Frugoni, fundador do Partido Socialista uruguaio (1910); o destacado pensador, jornalista e poeta militante José Martí, que em 1883 dedica artigo a Marx, e em 1891 funda o Partido Revolucionário Cubano (de posição anti-imperialista, apesar de não classista), ao lado do conterrâneo Carlos Baliño, pioneiro líder operário, autor de *Verdades Socialistas* (1905), texto que contempla ideais marxistas, embora ainda marcado pelo anarquismo; no campo que tenta sintetizar conceitos marxistas e positivistas, José Ingenieros (com *El determinismo económico en la evolución americana*, de 1901), e ainda o citado Justo (com *Teoría y práctica de la historia*, de 1909); o tipógrafo e jornalista Emilio Recabarren, promotor do movimento operário chileno que em 1910 elaborou uma das primeiras análises marxistas sobre as independências americanas (porém sem a dimensão anti-imperialista). Esse é o período também da criação dos primeiros jornais e revistas socialistas latino-americanos, como o *Le Messager Français* (Montevideu, 1840), a *Revista Socialista* (Rio de Janeiro, 1845); além de variados coletivos que desbravam entre nós essa tradição, dentre os quais: o “Club Socialista” de Bogotá (1849); a socialista-idealista (“utópica”) “Sociedad de la Igualdad” de Santiago (1850); a “Sociedad Tipográfica Bonaerense” (de 1857, pioneiro sindicato moderno); um intento de falanstério no México (1861); o “Círculo Socialista

Internacional” (de 1879, grupo anarquista de Buenos Aires que esteve no Congresso Socialista Internacional, de 1889); ou ainda o “Centro Socialista de Santos” (1895), liderado por Silvério Martins Fontes (“estudioso e entusiasta de Marx”, segundo Astrojildo Pereira), que edita o jornal “A Questão Social”, e em 1889 elabora o precursor “Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro” – no qual são afirmadas ideias do marxismo, ainda que sob um viés limitado que refuta a ação revolucionária. Ademais, vale ressaltar que a IS teve delegados e observadores do Uruguai, Chile e Brasil.⁴

O segundo período – *primeiro* predominantemente *marxista* – é marcado pelo ânimo revolucionário pós-1917. Começa com a disseminação de organizações comunistas, o que se segue à criação da IC, atraindo ao entorno bolchevique socialistas de diversas correntes – de anarco-sindicalistas brasileiros e mexicanos, a socialistas-idealistas uruguaios, revolucionários pequeno-burgueses peruanos e até militares mexicanos; vai até meados da década de 1930, quando o radicalismo cede espaço ao “frentismo”.

Em novembro de 1919 é fundado no México o primeiro partido latino-americano expressamente “comunista” (semanas depois da criação do PC estadunidense, que como tantos na América deriva de anterior partido “Socialista”); em 1920 é criado o PC uruguaio; ainda neste ano surge o PC argentino, originado do Partido Socialista Internacional (de 1918, cisão dos *socialistas* que em meio à I Guerra reivindica o “internacionalismo”); em 1922, originado do Partido Operário Socialista (1912) de Recabarren, nasce o PC chileno; mesmo ano em que, a partir

de organizações socialistas (notadamente anarco-sindicalistas), funda-se o PC brasileiro (unificando coletivos pró-bolcheviques do país, como a Liga Comunista de Santana do Livramento, de 1918, e o Grupo Comunista do Rio, de 1921); e na sequência dessa década, comunistas de muitas outras nações também se organizariam. Marcos do período: em 1925 é formado o Secretariado Sul-Americano da IC (com base em orientação de seu V Congresso, de 1924, visando a ampliação de influência) e em 1929 é promovida na capital argentina a I Conferência Comunista Latino-Americana (na qual as ideias mariateguianas ganham projeção internacional).⁵

É também nesta etapa que surgem aqueles pioneiros em promover interpretações de suas realidades a partir *propriamente* da concepção dialética da história – ainda que por vezes de forma pouco dialética e afetada pelo eurocentrismo. É o caso de Octávio Brandão, com sua ainda superficial tentativa de análise da realidade brasileira de *Agrarismo e industrialismo* (1926), em que *mecanicamente* define o caráter de nossa revolução como “democrático-pequeno-burguesa”. Dentre os primeiros grandes pensadores a lograrem uma *análise* efetivamente “dialética” e autêntica na América, destaca-se Julio Mella (1903-1929), com seu marxismo cálido que supera as correntes evolucionistas e economicistas de então. Além dele, essa é sobretudo a década de Mariátegui (1894-1930), grande representante do *marxismo profundo* nessa época de formação da tradição crítica dialética americana – expressão das mais criativas, e não só no que se refere ao nosso continente e sua problemática *regional*, mas inclusive desde uma perspectiva *global* e relativa a problemas de cunho *universal* (postando-se lado a lado com outros já

“clássicos” representantes deste pensamento realmente contemporâneo, como Gramsci e Lukács).

Vale ressaltar que em seus primórdios leninistas, a influência que a IC exerceu sobre a América foi francamente *revolucionária, anti-imperialista e antialiancista* – em oposição ao *evolucionismo parlamentar-pacifista* de depois –, como se pode constatar em seus documentos do período.

A terceira parte deste esboço de divisão histórica é a do dogmático “frentismo etapista”, na qual o pensamento marxista se vê acometido tanto por problemas *teóricos* como *políticos*, dada a rigidez da concepção *antidialética* de seu evolucionismo por “etapas” – de modelo europeu ocidental (feudalismo-capitalismo-socialismo) –, o que por sua vez conduz à promoção de políticas *aliancistas* (“frentes”), nas quais os trabalhadores se postariam de modo subalterno diante de falsos *aliados* oriundos de uma suposta “burguesia nacional” (que jamais existiu no *Novo Mundo*); equívocos de análise e efetivação que trariam sérias implicações ao movimento comunista internacional, período que se estende até a Revolução Cubana, em 1959.⁶

É um tempo de menor criatividade, em que o marxismo é (parcialmente) cerceado por uma visão manualesca que, por volta do final dos anos 1930, passa a ser imposta hegemonicamente pelo stalinismo aos partidos comunistas do mundo, de modo geral – uma época pré-bélica de burocratização e autoritarismo, em que se estabelece de modo doutrinário, à revelia de um mais aprofundado conhecimento das questões nacionais, que a revolução em nações “coloniais” ou “semicoloniais” deveria cumprir previamente a “etapa” revolucionária

“nacional-democrática” (“anti-imperialista”), tal como na Europa, na qual o objetivo seria o de erradicar um pretenso “feudalismo” – tarefa que segundo a orientação de Moscou passava por uma aliança de classes com interesses “nacionais”, o que juntaria em uma *frente política* as classes operária e camponesa (submissas e sem protagonismo) com as ditas “pequeno-burguesia” e “burguesia nacional”; isto em prol de uma transformação estrutural que nos levaria antes que tudo ao “capitalismo”, dada nossa “imaturidade” para o “socialismo”. Após 1939, este “frentismo” ganha contornos mais conservadores, ao que se designa “browderismo antifascista” por motivo da eufórica posição do líder do PC estadunidense Earl Browder, que nos tempos finais da Segunda Guerra apontava para a manutenção duradoura da aliança que ele via como de “amizade” e “colaboração” entre a URSS e os EUA – erro estratégico que culminou com a transformação de seu partido em uma vaga “associação política”, e que teria da história uma resposta imediata: em 1948 há a escalada de tensões da Guerra Fria, e logo a “caça às bruxas”, bárbara política repressiva promovida pelo *macartismo*, concomitante à brutal ofensiva imperialista contra os soviéticos. Excetuando-se o Chile, onde em 1938 o frentismo conseguiu certas conquistas – dada sua unidade mais restrita, entre tão somente os partidos Comunista, Socialista e Radical –, de resto o resultado foi um retrocesso, com uniões deletérias de organizações comunistas com segmentos conservadores do tipo: oligarquia liberal, no Peru; Partido Liberal, na Colômbia; governo de Fulgêncio Batista, em Cuba, quem em seguida se tornaria um ditador e sanguinário; dentre tantos exemplos. E não deixemos de observar o caso brasileiro, em que o PCB chega a se

aproximar de G. Vargas, quem algum tempo mais tarde perseguiria o Partido e o colocaria na ilegalidade.

Não obstante tal cerceamento, no período vemos o despontar de nomes brilhantes, em especial na sociologia e historiografia – campos do pensamento que conseguiram manter alguma autonomia frente às intervenções externas eurocêntricas (que restringiram a reflexão e ação política) –, tais como o grande “intérprete” brasileiro, o historiador e filósofo Caio Prado (1907-1990) e o sociólogo e historiador argentino Sergio Bagú (1911-2002). Ambos, com suas análises profundas da conformação sócio-histórica de suas nações, seriam os primeiros a refutar contundentemente a tese pró-aliancista de que na América houve um modo de produção feudal.

Finalmente, temos o quarto período, o da segunda metade do *breve* século XX, que se abre com o brilho das estrelas de Fidel Castro e Che Guevara, sob signo de um novo período revolucionário que em 1959 reanima o fôlego comunista internacional, no qual se vê a firme ascensão de correntes novamente radicalizadas – que têm por *referência comum* a natureza “socialista” da revolução e a legitimidade da luta armada (ou a ética do uso pontual da violência como defesa frente à violência sistêmica). Esta é, contudo, uma época de vicissitudes, pois logo se adentraria nos tempos atuais da *crise estrutural* do capitalismo (década de 1960), em que as dificuldades são agravadas com a *agressão reativa* por parte do comando do capital internacional instalado nas nações centrais, o que desembocaria na vitória neoliberal do fim de século – quando a grande potência e seus sócios menores logram impor

ao mundo violentos “ajustes estruturais” que esfacelariam sindicatos, partidos e organizações socialistas pelo planeta, antes de deixarem para o novo milênio, como legado de seu modelo de “progresso” técnico-científico, a cifra recorde de um bilhão de famintos. Conforme Dussel, a Revolução Cubana é a revolução social mais importante da América no século XX, como a Revolução Haitiana (1804) o fora no século XIX, ao enfrentar a França.⁷

Mais que isto: a vitória cubana *chacoalharia* – de novo – os ânimos emancipatórios de todo o mundo, *atualizando* as lutas sociais e a utopia.

Questão nacional na América – do exemplo de Lenin ao dogma do stalinismo

Dentre as principais questões enfrentadas desde os primórdios pelo marxismo latino-americano, está a de compreender o *caráter* de nossas revoluções – se *socialistas* ou *democrático-nacionais* –, problema ao qual se liga uma outra questão fundamental, a *política*: a definição de estratégias, métodos, formas de possíveis alianças. Essa problematização, por sua vez, é inerente a uma compreensão anterior: a das *realidades nacionais*.

A chamada “questão nacional” remonta ao século XIX, quando na Europa tem lugar intenso debate acerca do significado de “nação” – polêmica que desembocaria na concepção majoritária de que se tratava de uma unidade *étnico-linguística*, e assim cada uma dessas “unidades” deveria ser reunida politicamente em um único Estado. Por esse tempo, “nações” como Sérvia, Irlanda e Tchêquia – povos de etnia e língua própria – estavam sob ocupação das potências imperialistas da época.⁸

No entanto, quando observamos o caso da América, logo se percebe que esta noção de “nação”, ao contrário dos europeus e mesmo dos asiáticos, não se adéqua a nossos povos: não cabe pensar nossas nações *mestiças* predominantemente em termos étnicos, e muito menos linguísticos (dadas nossas línguas impostas pelas metrópoles). Estes formatos pré-fabricados de interpretação que nos chegavam (e chegam) desde a realidade europeia, perturbaram a autenticidade de muitas análises da tradição crítica (sobretudo até meados do século XX). Para adentrar nesse debate, é preciso antes perceber – como o mostra Caio Prado – que nossos países foram constituídos a partir da expansão mercantil das fronteiras europeias, o que nos situa na “periferia” do capitalismo, sistema cuja consolidação se fundaria não só nas *riquezas materiais*, mas ainda nos *saberes originários* americanos.⁹

Essas discussões foram centrais nesse tempo de formação de uma autêntica reflexão nacional, levando a uma problemática polarização: em um dos extremos, os marxistas de concepção dogmática, que tentaram encaixar nossas realidades no modelo europeu (tido como “universal”); doutro, os intelectuais progressistas (e até próximos ao marxismo), mas excessivamente relativistas, que se desviam da tradição crítica totalizante ao exagerarem as supostas “especificidades regionais”.¹⁰ Destas concepções falhas adviriam erros de interpretação histórica que desaguariam em equívocos políticos graves.

No campo das ideias revisionistas, sobressai o pensamento nacionalista-eclético de Haya de la Torre – da Aliança Popular Revolucionária Americana –, que defende que o marxismo seria um

pensamento “europeu”, nascido de sociedades forâneas, e que, portanto, não serviria às análises da América. Desse posicionamento oriundo da pequeno-burguesia resultaria um indigenismo “filântropo”. Haya visitou a URSS e foi admirador de Lenin, mas não do Lenin total – teórico e homem de ação –, mas do *líder* que mobilizava “multidões” e as deixava “eletrizadas”; além disso, absorveu certas ideias anti-imperialistas, ao menos no que interessava ao paternalismo burguês-nacional aprista, com pretensões de grande vanguarda libertária.¹¹

No outro polo, o erro do marxismo *vulgar* de matriz eurocêntrica deriva da tentativa de elaborar os problemas da América dentro de *esquemas* que, embora possam ter funcionado para os europeus, nos prejudicaram uma visão mais justa que pudesse ter tido efetividade prática. Esse problema teve sua “resolução” histórica, como se sabe, na clamorosa derrota do socialismo em nossos países, a partir dos anos 1960, com a instalação de regimes contrarrevolucionários militares de perfil bonapartista.¹² Dentre as questões fundamentais concernentes a esses debates, está a ideia de que em nossas nações o colonialismo tinha conformado modos de produção “feudais” – e que isto nos deixara resquícios após a independência, sendo pois preciso levar a cabo uma prévia “revolução burguesa”. Consequência disso seria a orientação estratégica de que os comunistas se *aliassem* a frações de classe supostamente com interesses “nacionais”.

Alguns grandes pensadores e militantes marxistas deste tempo de *formação* (começo do século XX) – Julio Mella, Mariátegui, Caio Prado e Sergio Bagú – foram francamente contrários a estes modos estanques e

superficiais de se conceber nossas realidades nacionais e a realidade latino-americana como um todo. Um ponto básico presente nesses embates é o fato de que jamais existiu em *nossa* América as tais “burguesias nacionais”, que se supunha terem “confiáveis” sentimentos *nacionalistas*: pelo contrário, nossas burguesias sempre foram voltadas *para fora*, aliadas, sócias minoritárias do imperialismo; sentem-se brancas – mesmo quando mestiças –, e veem no que é europeu um valor “universal”. Com tais burguesias, portanto – classes formadas *econômica e culturalmente* com o olhar no estrangeiro – não é possível se aliar. À semelhança de Lenin – que Caio, Mariátegui, Mella, dentre tantos, têm como um *exemplo* de vida a ser seguido (no sentido de suas interpretações *dialéticas* e de sua práxis política), mas não um *modelo* a ser copiado –, tais *marxistas fundadores*, ainda que admitindo alianças pontuais, não aceitam uniões submissas, atribuindo portanto a liderança da revolução socialista ao partido de vanguarda (de molde *leninista*), de modo a preservar a autonomia comunista (tal como defendera Lenin na Rússia); em nossas nações sem “burguesia nacional” e com uma questão agrária impossível de ser resolvida nos limites da estrutura vigente, a revolução deveria se dar mediante a unidade e o comando dos trabalhadores da cidade e do campo. Observe-se que os camponeses, historicamente tidos como reacionários nas revoluções europeias, são para estes pensadores protagonistas do processo emancipatório na América.

Atualmente, a maior parte das interpretações da realidade latino-americana segue essa tese – iniciada por esses mencionados *fundadores*; tese que se antecipa aos debates (que ganhariam a pauta em meados do século) sobre a ampliação do sujeito histórico revolucionário: o

protagonista da revolução deixa de ser apenas o operariado urbano assalariado, na medida em que a ele se soma o indispensável e imenso contingente de camponeses presente em nossas nações (e aqui se incluem os indígenas, segundo bem observa o marxista peruano), dentre outros excluídos do sistema.

Atentemos pois, agora, às características do pensamento de alguns dos principais nomes deste tempo de *formação*, fortemente influenciados pela Revolução Bolchevique – Mella, Mariátegui, Caio Prado e Sergio Bagú –, e ainda, examinemos também o teor *revolucionário* de dois dos primeiros e impactantes documentos da Comintern, nos quais se percebe a América a ser incluída nas preocupações da Revolução Mundial.

Como se quer mostrar, é impressionante a convergência das análises políticas e historiográficas – afora as filosóficas – destes pioneiros a tratar da questão nacional latino-americana, o que denota a *acuidade* de suas interpretações.

No que se refere às obras de Mariátegui, Caio e Bagú, tal característica já fora notada por Florestan, quem no início dos 1980 – época de agravamento da crise com a expansão das políticas neoliberais – destaca a franca proximidade do pensamento destes três marxistas, os quais, com a “investigação científica engajada” por eles inaugurada na América, deram à luz conceitos fundamentais sobre a realidade de nossos países: nossas nações que trazem ainda consigo o “opróbrio” de não terem logrado romper “por completo” com as “formas coloniais de exploração”, tendo na “interrupção” de suas *revoluções* uma característica comum, um “fenômeno repetitivo” – posto que foram restritas pelas

classes patronais, reduzidas a um movimento “meramente político”. Para Florestan, tais autores são os “grandes pioneiros” dos importantes “descobrimientos” que em meados do século despontaram no continente; e os resultados originais e “francamente convergentes” de suas concepções vêm a reforçar a pertinência dessa “linha de trabalho intelectual” – trabalho autêntico e inseparável de sua militância política.¹³

Löwy acrescenta à lista desses grandes marxistas da “formação” o nome de Mella, a quem atribui a qualidade de “mais brilhante” exemplo de intelectual revolucionário latino-americano –, espírito “anticapitalista romântico” (desde jovem se destaca no movimento estudantil) que no marxismo encontrou valioso *instrumental teórico* para sustentar sua revolta contra a desigualdade social.¹⁴

Embora a identidade latino-americana só possa ser concebida – na linha do que pondera J. Paulo Netto – como uma “unidade do diverso”, entende-se que tal *unidade* é uma longa construção, e em vias de se consolidar; um *processo* calcado em um elemento *objetivo* que o torna extremamente realista e oferece a atentos pensadores uma perspectiva que lhes pode instrumentar rigorosamente suas análises: a de que os trabalhadores –no sentido ampliado de Ricardo Antunes (“classe que vive do trabalho”) – de *nostra América* têm um mesmo e compartilhado objetivo fundamental: o enfrentamento do *inimigo comum*, que é tanto o *imperialismo* capitaneado pela oligarquia dos EUA e de seus sócios, como a *burguesia nativa*, elite periférica antinacional que a essas elites centrais foi sempre, não apenas uma subalterna associada, mas ainda uma *cópia* fora de contexto, racista internamente, e desprezada externamente (por parte de

seus venerados *modelos* europeus).¹⁵

Efetivamente, no tocante à *falta de identidade nacional e mediocridade* extraordinárias das burguesias latino-americanas, vale aqui um aparte para ressaltar a consonância das análises de Caio Prado e Mariátegui quanto ao antinacionalismo de nossas broncas elites, que se caracterizam, ademais de apátridas, por seu “baixo nível” político e cultural – fator que ambos veem se refletir dialeticamente na miséria geral da população de suas atrasadas nações. Uma elite – escreve Caio – “*amoldada e condicionada*, inclusive *psicologicamente*, pelas circunstâncias peculiares em que exerce suas atividades”, já que também essas oligarquias são “fruto de meio e ambiente medíocres”, uma “colônia tropical” que até há pouco estava “isolada” dos “centros propulsores” da cultura moderna.¹⁶ Já para Mariátegui, a oligarquia peruana manteve-se *colonizada*: o “mestiço” que conforma as elites do Peru é um “espanhol abastardado” que não logrou se “emancipar espiritualmente” da metrópole, tendo conservado assim sua “limitação”, seu “arcaísmo”, “casta desprovida do impulso criador”, reduzida ao “empobrecimento espiritual e científico”, que tem por sintoma o “divórcio” entre a “obra universitária e a realidade nacional”.¹⁷

América e a Internacional Comunista de Lenin

Os primeiros esforços por analisar a realidade americana, mediante o instrumental marxista, que obtiveram resultados interessantes, provêm da avalanche de ideias de após a Revolução de Outubro – da utopia que se fizera (em parte) concreta. É o tempo em que pululam partidos comunistas na América, animados pelas

possibilidades que então se abrem aos horizontes humanos. Todavia, nossos partidos comunistas durante a década de 1920 eram incipientes, e sua orientação teórica inicial teve de se apoiar nas concepções da recém-fundada IC – ainda liderada pelo gênio de Lenin –, organização que teve extrema projeção mundial.

Dois documentos pioneiros e bastante avançados da Internacional desempenharam forte influência nestes primeiros passos; em ambos vê-se tanto tarefas agrárias, como anticapitalistas e anti-imperialistas, atribuídas à luta revolucionária americana – concomitantemente. Neles, concebe-se a unidade entre o proletariado e o campesinato (pautada em contextos nacionais) enquanto uma *estratégia* de revolução “ininterrupta”, defendendo-se que o partido de vanguarda deve guiar seus povos – então sujeitos ao poder de um capitalismo pouco industrializado e dependente – rumo ao “poder” estatal, *prescindindo* da passagem prévia pelo estágio histórico capitalista “nacional e democrático” (ideia aliás explicitamente negada). Além disso, não se fala em “feudalismo” – os textos se referem ao problema da luta no campo como sendo um embate contra o “capitalismo agrário” –, e se destaca ainda a característica de *cumplicidade* entre as burguesias nativas e o imperialismo. Os escritos, cujas autorias não são identificadas, permitem perceber a mudança de orientação estratégica que a IC sofreria a partir do enrijecimento teórico dos anos que prenunciam a Grande Guerra.¹⁸

O primeiro documento, “Sobre a Revolução na América: um chamado à classe operária das duas Américas”, de 1921, começa a

discussão pelo sugestivo item “América do Sul, base colonial do imperialismo americano” – no qual “América do Sul” faz referência ao que hoje chamamos “América Latina”.¹⁹ A mensagem essencial deste *manifesto* é a da necessidade da aliança entre operários e camponeses, contra o imperialismo norte-americano e a burguesia local sul-americana a ele aliada. É notória também a menção à possibilidade de que a Revolução Latino-Americana se estenda por todo o continente – tese que seria consolidada no início da segunda metade do século XX pela corrente castrista-guevarista; e isto, inclusive, de modo ainda mais amplo do que pensaram os revolucionários cubanos, pois que a proposta é a de que se efetivasse uma união entre o “movimento revolucionário da América do Sul” e aquele dos “Estados Unidos” – em um tempo no qual ainda havia correntes revolucionárias por entre o proletariado estadunidense. O debate parte da constatação de que se a Inglaterra tem seu imperialismo – ora decadente, no pós-Guerra – fundado no “sistema colonial”, os ianques basearam o seu na “exploração e domínio da América do Sul”:

Os povos sul-americanos enganam-se de forma ridícula quando falam de sua independência. No período imperialista, não se pode falar de independência para os povos pequenos: estão reduzidos a uma dependência vassala com relação aos grandes Estados.

Note-se que o termo “povos pequenos” quer aqui se referir, não à extensão territorial, mas à debilidade militar e política, como se vê a seguir, quando afirma que a Doutrina Monroe foi o instrumento pelo qual o “imperialismo” dos EUA logrou dominar politicamente as nações

americanas – ora agindo diretamente pela “força das armas”, ora pela “pressão diplomática” e mesmo através de “sangrentas intrigas” (tática ainda tão atual – vide a Venezuela chavista); o mesmo que no setor econômico já o faziam pelo “comércio” e “penetração de capitais”. Assim, o “desenvolvimento econômico” e a “indústria” da América Latina (observe-se como o documento antecipa os debates sobre nossa “dependência” e, mais tarde, sobre o “sistema-mundo”) “estão à mercê das finanças” da grande potência: nossa América é “uma colônia dos Estados Unidos” – “fonte de matérias-primas” e de “mão-de-obra barata”, e por conseguinte de “fabulosos lucros”. O documento segue explicando que a ascensão da hegemonia estadunidense na América se consolidou no pós-Primeira Guerra, quando os imperialismos rivais tiveram sua concorrência domada pela Doutrina Monroe; e tal golpe se efetivou em um período propício, pois que: a “decadência da França é extrema”; os “bens alemães na América do Sul” foram desapropriados por motivo da Guerra (que abalou seus interesses econômicos na América); e a Inglaterra, até então a maior potência do globo, se vê agora em um “segundo plano” – e (note-se aqui a análise precisa da conjuntura geopolítica que apenas se conformava) “sem nenhuma esperança de voltar a ocupar o primeiro lugar”. De fato, o que se veria foi exatamente isto: os EUA com uma força político-econômica e militar cada vez mais absoluta, fazendo destas antigas potências europeias meros vassalos de sua política externa – o que se ratifica definitivamente após a Segunda Guerra.

A postura parlamentar pacifista da IS é duramente criticada pelo manifesto: este “socialismo” que “traiu escandalosamente os interesses

das massas”. Sua conclusão é taxativa (e profética, visto nosso tempo de *crise estrutural* que com o progresso técnico exclui multidões e ameaça o equilíbrio ambiental): “A força dos Estados Unidos e seu desenvolvimento constituem o maior perigo para a segurança do mundo, para a liberdade dos povos e para a libertação do proletariado”. Frente a este prognóstico, defende que os “socialistas revolucionários” fortaleçam o “comunismo” através da organização “em cada país da América” de um “partido comunista decidido”, consciente de seus “objetivos” – partido que “não precisa ser poderoso desde sua formação”, mas que tendo um “programa claro”, crie uma “agitação clara a favor dos princípios e da tática revolucionários”, oferecendo “às massas da América do Sul seu lugar legítimo no exército da revolução mundial”. No percurso sugerido para a consecução de tais tarefas, propõe-se a união estratégica entre proletários urbanos e camponeses – e isto, afirma-se, não se dará com “teorias abstratas”, mas com um programa prático capaz de incitar o povo a lutar; para tanto, é preciso “depurar” o movimento revolucionário de práticas de “elementos sindicalistas” – pois o anarco-sindicalismo, mesmo quando se assume como “proletário” e tem uma real “aspiração revolucionária”, não tem a “menor ideia” das “medidas necessárias” para se realizar a revolução – dado que se trata de um movimento limitado pelo seu “anarquismo pequeno-burguês”.

O texto aponta então para a vital unidade entre os trabalhadores pan-americanos: “a união com o movimento revolucionário dos Estados Unidos completaria a unidade do movimento revolucionário da América do Sul” – e essa *unidade* é questão de “vida ou morte”, pois que sem este apoio, a revolução que seja levada a cabo em “qualquer país da América

do Sul” provocará como resposta a intervenção militar estadunidense, o que só pode ser evitado pela contraposição da “intervenção revolucionária do proletariado dos Estados Unidos”. Em sua “Conclusão”, o manifesto aponta para a “importância mundial” do exemplo da Revolução Russa – experiência política que tem de ser observada com cuidado, especialmente em suas formas organizativas da luta pelo poder: “as ações, as massas, os soviétes e a ditadura proletária”. E cabe aqui perceber que, neste período nascente, revolucionário – “leninista” – da Internacional, não se buscava impingir “modelos” manualescos, como se faria mais tarde, mas sim, à semelhança do que tantos grandes pensadores do marxismo na América ressaltarão, propõe-se a Revolução Bolchevique como um “guia”, um *exemplo* a ser adaptado dialeticamente pelos povos americanos, segundo cada idiosincrasia e contexto histórico: “os trabalhadores das duas Américas saberão adaptar esta experiência à sua própria luta” – sua própria “experiência” lhes ensinará a “adaptar a teoria à prática e a prática à teoria”, como faz parte do ciclo *dialético* da *práxis* marxista, em que a teoria se constrói na prática, pratica esta que, ao modificar o mundo, modifica por sua vez a própria teoria.

Por todo o apresentado, considera-se que este profundo *manifesto* se trata de uma reflexão marxista das mais avançadas do período, da qual lamentavelmente não se conhecem os autores (e possivelmente, havia latino-americanos dentre eles²⁰).

Já na declaração que talvez seja a primeira da Internacional dirigida especificamente aos povos da América Latina, intitulada “Aos

operários e camponeses da América do Sul”, de 1922/1923, o debate se volta à questão que viria a ser tão recorrente como problemática para a Revolução Latino-Americana: a do “aliancismo”.²¹ Como se lê desde o início, insiste-se na tese de que há laços íntimo entre as classes dominantes da América – as burguesias nativas e o imperialismo estadunidense –, sendo pois indispensável no enfrentamento de tal frente reacionária a união daquelas únicas classes que podem ser consideradas revolucionárias: a operária e a camponesa. No primeiro item, “O papel dos Estados Unidos”, reitera-se o discutido no manifesto anterior, ponderando-se que dentre os imperialismos, o estadunidense foi o “único que fortaleceu seu poder durante a guerra”, de maneira que este país passou a ser desde então “a mais forte potência imperialista”; e é na América Latina que o imperialismo dos EUA centra seu poder, ora mediante uma “forma supostamente econômica”, ora pela “dominação política aberta” – dando assim vazão a seus produtos que já não podem ser destinados ao “capitalismo europeu”, devido ao “enfraquecimento de sua base social”, desarranjada pela guerra. Com a “doutrina Monroe”, os EUA asseguraram politicamente sua “conquista econômica da América”. E diante deste quadro, o que se vê de modo “evidente” é a “união pan-americana da burguesia” – fato que visa a manutenção de seus “privilégios de classe” e seu “regime de opressão”.

No item “O dever do proletariado da América do Sul”, frisa-se novamente o “exemplo heroico da Revolução Russa” a ser observado pelos povos americanos em sua busca por emancipação; exemplo que outrossim demonstra aos trabalhadores americanos o “destino que os espera se permanecerem indiferentes”, diante da organização e agressões

da “exploração capitalista” levada a cabo pela “classe abastada”: “os conflitos imperialistas mundiais ameaçam provocar matanças também entre vocês”.

Frente a tal cenário, conclama ao povo latino-americano: “Univos em torno da bandeira da Revolução Russa, que criou as bases da revolução proletária mundial”; “Fortalecei vossos partidos comunistas e criai-os onde eles não existem”; “Uní vossa ação à ação de todos os comunistas da América”; “Organizai o proletariado revolucionário que luta com a Internacional Sindical Vermelha e trabalhai para que existam em toda a América seções da Internacional Comunista e da Internacional Sindical Vermelha”. E “viva a revolução mundial”.

O marxismo cálido de Julio Mella

Julio Antonio Mella Mc Partland foi um dos iniciadores da organização do movimento estudantil da América; estudou filosofia e direito, tendo desempenhado a atividade de jornalista, ademais da de militante revolucionário comunista. No marxismo, por ele apreendido nos ventos da Revolução Russa e em especial no *exemplo* de Lenin – “homem de ferro e luz da Rússia Vermelha”, “um super-homem que soube com o poder de seu gênio dar um poderoso impulso à transformação de uma civilização” –, Mella superaria seu inicial socialismo voluntarista (anticapitalista).²²

“A causa do proletariado é a causa nacional” – escreve em “Los nuevos Libertadores”, ao criticar a entreguista Emenda Platt: “hipoteca”

com que Cuba se submetera aos EUA para obter sua independência da Espanha. O proletariado, afirma ele, “é a única força capaz de lutar com probabilidades de triunfo pelos ideais de liberdade, na época atual”; assim, tal qual um “novo Espártaco nos campos e nas cidades”, ergue-se para “lutar por todos os ideais do povo”, tendo por objetivo estabelecer “um regime de homens do povo”, pois os trabalhadores sabem que essa é a “única garantia da justiça social”, e que “o ouro corrompe, enlouquece e torna os homens tiranos”. Portanto, propõe Mella, o intuito do movimento proletário é o de “socializar” a riqueza, conforme os “princípios” que Karl Marx “erigiu em axiomas teóricos” e que Lenin “tornou magníficos monumentos de beleza e justiça” – *processo transformador* que somente os “professores fossilizados” e os “burgueses sem cérebro combatem”.²³

Em uma visão perspectiva e distanciada – que nos permite ter mais aguçada compreensão do todo histórico –, é importante perceber Mella como uma peça fundamental que constitui a “continuidade revolucionária” cubana, começada com o socialismo idealista de José Martí, e que triunfaria quase um século depois com a revolução liderada por Fidel Castro Ruz.²⁴ Dentre as principais atividades de sua breve vida (foi assassinado pela contrarrevolução antes dos 26 anos), estão: criador da Federação dos Estudantes Universitários, em 1923, e neste contexto das revistas *Alma Mater* e *Juventud*; fundador da seção cubana da Liga Anti-imperialista das Américas, e do PC de Cuba, e após o exílio, membro do PC do México; ademais de um líder intenso que promoveu várias agitações, chegando mesmo a ter armado uma ação revolucionária (que fracassaria ao ser traída por delator). Foi morto na capital mexicana

com um tiro pelas costas, a mando do tirano de Cuba, o liberal pró-estadunidense Gerardo Machado, em uma noite de 1929 imortalizada na poesia “Machado”, de *Canto General* (1950), em que Pablo Neruda acusa: “Chegou até o México a mão/ do assassino, e rolou Mella(...)/ enquanto a Ilha ardia, azul (...)/ hipotecada com açúcar”. No I Congresso Revolucionário dos Estudantes de Cuba, por Mella convocado em sua época universitária, condena com veemência o imperialismo e saúda a Revolução Russa, além de manifestar apoio aos movimentos africanos e asiáticos de libertação nacional, comprometendo ainda sua organização na criação de uma universidade popular – a ser chamada “José Martí”. Junto a Carlos Baliño (operário), Miguel Pérez (professor) e Alfonso Bernal (psicólogo), constrói o primeiro PC cubano, em 1925. Com o autoritarismo liberal machadista se aprofundando – a FEU e o PCC são postos na ilegalidade; Mella intensifica sua oposição direta ao regime tirano, tendo sido perseguido e preso. Novamente livre, exila-se no México, país em que aportaria ainda no calor da Revolução Mexicana –, e onde se alistou ao PC local, alcançando o posto de membro do Comitê Central.²⁵

Dentre sua obra – não muito extensa por força de sua breve existência –, destacam-se, além dos mencionados, os seguintes escritos: “A guerra de classes em Cuba”, e “O proletariado e a libertação nacional”. O primeiro deles, de 1926, é um veemente protesto contra a matança de vários de seus camaradas, dirigentes operários, pelos agentes de Machado. Logo no início, em vista da luta de classes que se acirra e de uma burguesia cubana aliada do imperialismo, ele conclama: “Não há mais pátria. Só classes inimigas. A guerra classista explodiu brutal,

violenta, sanguinária”. Sobre o “tirano” Machado, sua análise é de que não passa de um “girino incompleto de uma classe nacional que ainda não nasceu”, e que assim, usa-se do “fascismo” como um “remédio temporário contra a democracia” – prática incapaz de obter a “cura do mal social”. Todavia, uma “doutrina reacionária nunca deterá a marcha dos acontecimentos”: e o “sangue é o adubo da liberdade”. Neste processo histórico, Mella invoca o “passado heroico” que “guia” a classe proletária, desde o “grito das vítimas imoladas nas valas da Comuna de 1871”, ao “clamor mundial da revolta de 1917” bolchevique. “Esta é a música triunfal de nossa guerra”, avalia com otimismo revolucionário, comparando os “oprimidos pela tirania machadista”, com os “russos oprimidos pela tirania czarista”. E conclui: “o povo de Cuba triunfará”, pois “sabe, com o mestre Marx, que pode perder apenas os grilhões, e em troca tem um mundo a ganhar”; para tanto, cabe ao militante comunista “preparar a nova sociedade de produtores!”.²⁶

Já o segundo texto citado, de 1928 (véspera de sua morte), consiste em uma crítica ao nacionalismo populista, corrente que angariou força popular por toda a América mediante a APRA de Haya de la Torre. Mella reitera aí sua ideia de que não existe uma “burguesia nacional” latino-americana, pois que essas elites nativas são invariavelmente sócias e, portanto, aliadas dos imperialismos. Sua argumentação começa com longa citação de Lenin, em tese ao II Congresso da Internacional, na qual embora o bolchevique afirme, contrariamente ao “esquerdismo” simplório ou purista, que “nos países atrasados e nas colônias”, a Internacional deve sim apoiar os “movimentos nacionais de libertação”, por outro lado, frisa que tal aliança deve se dar apenas

“temporariamente” e que o movimento proletário não deve “se fundir” com a “democracia burguesa” – mas salvaguardar “expressamente sua independência”. Esta é a opinião de Lenin sobre a “frente única” – diz Mella –, o mais “prático e exato intérprete de Karl Marx”; e trata-se de uma realidade, não apenas de uma “teoria”, ainda que os “arpistas” (zomba dos “apristas”) não o compreendam; a “frente única” proposta pela APRA, ao não colocar abertamente o “papel do proletariado”, vem a ser uma proposição “abstrata” que afinal “não passa da frente única em prol da burguesia, traidora clássica de todos os movimentos nacionais de verdadeira emancipação”. Se o imperialismo é o “ladrão estrangeiro”, as burguesias na América Latina são os “ladrões nacionais” – emenda –, e finaliza citando a conclusão de Lenin a respeito da “libertação das colônias e nacionalidades oprimidas”: “a única salvação é a vitória do poder soviético”.²⁷

Mariátegui contra o “mediocre positivismo”

José Carlos Mariátegui La Chira é considerado por muitos estudiosos do materialismo histórico como um dos mais completos e originais pensadores marxistas – e isto não apenas dentre os marxistas americanos, mas mesmo no âmbito internacional da teoria crítica dialética.²⁸ De família relativamente humilde, não esteve na universidade; autodidata, desenvolveu diversas atividades em sua vida tão intensa como curta – de tipógrafo a jornalista, cronista, crítico literário e ensaísta –, legando ao marxismo uma obra publicada em cerca de 20 volumes. Desde cedo envolvido com a política, é perseguido pelo governo

conservador peruano e acaba por seguir para a Europa – onde viveria de perto os abalos provocados pela recente vitória soviética, conheceria revolucionários e intelectuais, e teria contato com variados pensamentos – desde o campo do marxismo (Lenin, Gramsci), ao do surrealismo e filosofias vitalistas (das quais apreende os elementos que lhe interessam para sua crítica à limitada frieza do cientificismo burguês moderno).

A Revolução Russa lhe inspirou dezenas de escritos, nos quais tratou de temas como: conjuntura política, processo de organização institucional, e ainda dos grandes personagens revolucionários bolcheviques – caso de Lenin, líder de “visão panorâmica e certa” que se destacou, dada sua “singular faculdade de perceber e entender a direção da história contemporânea”. Nesta revolução, viu um emblemático exemplo a ser seguido – não enquanto “modelo” que deve ser copiado, mas como um “guia” nas tomadas de decisões que cada povo deve fazer por si mesmo. Em posse desta *bússola*, trava polêmicas tanto com revisionistas (caso da APRA), como com a social-democracia reformista da Segunda Internacional (paralisada por seu “pacifismo estático”, evolucionista), e mesmo com o eurocentrismo que ele percebe em certas teses da Terceira Internacional que ora nascia (embora aqui sua discordância se dê de forma construtiva, participativa, apoiando esta organização). Defende que em um tempo de “imperialismo” e “monopólios”, o “método revolucionário” tinha de ser o método “marxista-leninista”, e vincula o Partido Socialista Peruano (de que é fundador, e que logo de sua morte mudaria de nome, por sua orientação, para “Comunista”), à nova Internacional.²⁹ Não obstante, rechaça a concepção da IC no que se refere à criação de “repúblicas nativas

independentes” – tese na qual acusa uma leitura desviada das teses de Lenin sobre a autodeterminação dos povos: o problema no Peru era sim a irresoluta “questão agrária”. Mostra que a realidade ali era distinta da europeia, e mesmo daquela das nações mais industrializadas da América (Brasil, Argentina); no país andino três quartos da população eram indígenas, e, portanto, estes índios, em sua grande maioria camponeses, tinham necessariamente que ser protagonistas do processo revolucionário.³⁰ Recusa a ideia de que o Peru tinha de promover uma revolução democrático-burguesa, e desconstrói cabalmente a hipótese de existência de uma “burguesia nacional”: a burguesia peruana tinha falhado em seu tempo na execução da tarefa que lhe coubera, e agora era tarefa do movimento socialista de trabalhadores levá-la a cabo; ademais, dadas as características históricas do povo inca, que vivia sob o que ele conceitua como “comunismo agrário”, na Revolução Peruana poderia se dar uma *passagem direta* entre aquela economia ainda marcadamente comunitária e não-individualista, e a sociedade comunista.³¹

Caio Prado e Sergio Bagú – a desmistificação da tese do feudalismo na América

A refutação à tese que acusava um suposto caráter “feudal” nas economias coloniais latino-americanas é um ponto chave que une os dois grandes historiadores marxistas Caio da Silva Prado Júnior e Sergio Bagú Bejarano – pioneiros latino-americanos a desenvolver uma teoria contrária a esta concepção, que era então o padrão da IC.

Sobre o tema, Caio Prado, já nos anos 1930, em correspondência

com o trotskista Lívio Xavier, afirma que no Brasil não tinha havido condições para se estabelecer um regime feudal, posto que sua povoação era por demais rarefeita. Esse debate está no início do desenvolvimento de uma tese sua – exposta especialmente em *Evolução Política do Brasil* (1933) e em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) – que geraria muitas polêmicas no contexto de um PCB de concepções bastante influenciadas pelos modelos da Comintern; tese que é tida hoje como uma de suas maiores contribuições ao marxismo latino-americano e internacional: o conceito de “sentido histórico”, ou no caso particular da história brasileira, a ideia de “sentido da colonização”, que aponta para o fato de que desde seus primórdios nossa colonização foi uma empresa voltada ao mercado europeu: “uma vasta empresa comercial” destinada a “explorar os recursos naturais de um território virgem”.³²

Admirador da Revolução Russa – a que visitou em duas oportunidades, e sobre a qual escreveu dois livros –, Caio entende que os bolcheviques nos ofereceram uma “experiência acumulada” que, “ao contrário do que frequentemente se vê afirmado, não constitui uma receita, um dogma”, mas sim “uma experiência orientadora da transformação”; não cabe pois *copiar* ideias e modelos históricos europeus, mas com base em sua *experiência* revolucionária vitoriosa, buscar nossa própria e autêntica interpretação precisa do processo histórico, o mais objetivamente possível, de modo a se lograr “despertar e mobilizar”, em grau suficiente, as “verdadeiras forças” e os “impulsos revolucionários” do povo. Assim, em negando que existissem “resquícios feudais” no Brasil (impossibilidade, dado que o país viveu, antes do capitalismo, o “escravismo”), afirma que “os capitais e iniciativas

estrangeiras e nacionais” no Brasil foram se “combinando” promiscuamente, de modo que não existe por aqui uma “burguesia nacional” ou “anti-imperialista”, como supõe a “teoria consagrada” (majoritária) de nossa Revolução.³³

O marxista argentino Sergio Bagú também segue essa linha de defesa da tese “antifeudalista” – mas apesar de sua concepção bastante convergente em certos aspectos (não em todos), ao que parece não conheceu a obra de Caio (quem inicia o debate um pouco antes que o portenho). Além da historiografia e sociologia, Bagú escreveu também trabalhos filosóficos sobre o materialismo histórico.

Em *Economia da Sociedade Colonial* (1949), desconstrói sistematicamente o esquema mecânico que a IC propunha ao mundo: “as colônias luso-hispânicas da América não nasceram para repetir o ciclo feudal, mas para se integrarem ao novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo”; “para robustecer as economias metropolitanas”. Bagú entende que as economias latino-americanas se caracterizam por terem sua “produção voltada para o mercado” – tanto o *externo* (dirá, à semelhança de Caio), como o *interno* (exemplifica com a produção doméstica local dos “fazendeiros de gado”). Segundo ele, é esta a “índole da economia colonial” – e note-se como nessa formulação ele se aproxima do conceito caiopradiano de “sentido colonial”. Contudo, diferencia-se do brasileiro quanto à determinação do “regime econômico luso-hispânico do período colonial”: para Bagú trata-se do “capitalismo colonial”; para Caio, do “escravismo”; e aqui se concebe que Caio foi mais preciso, ao não diluir a abjeta relação de *escravidão* a um mero

“modo” capitalista. Apesar disso, Bagú não deixa de tratar a questão escravagista: segundo ele, os suores dos povos africanos e indígenas foram os “pilares do trabalho colonial americano”, ao que conclui (antecipando os debates descoloniais que ganham a cena na segunda metade do século XX): “A América e a África – destilados seus sangues pelos alquimistas do comércio internacional – foram indispensáveis para o deslumbrante florescimento capitalista europeu”.³⁴

Vale outrossim mencionar a respeito de Bagú que embora muito pouco tenha abordado a União Soviética em seus textos, foi um militante da intensa Reforma Universitária argentina, de 1918, começada em Córdoba, cidade sede de uma das mais importantes universidades do país – movimento influenciado por uma época de fortes transformações internacionais, quando ideias de renovação agitam o mundo (especialmente os estudantes, caso desse então jovem marxista), após a decepção civilizacional da Primeira Guerra e o deslumbramento causado pela Revolução Russa, que encheu de esperanças os povos de todo o planeta.

Uma consideração sobre a experiência revolucionária

Finalmente, entende-se que a experiência da Revolução Soviética (como de tantas outras que brindaram o mundo nos últimos séculos), ainda que derrotada pela violência do poderio capitalista – que reuniu as grandes potências centrais industrializadas, contra uma nação que apenas começava a se erguer do arcaísmo czarista –, é a semente do que pode se consolidar (com a devida práxis) como uma *vitória* no longo prazo, pois

como sugere Koselleck, embora no curto prazo sejam os “vencedores” que façam a história, os “ganhos em compreensão histórica” têm sido efetivamente “dos derrotados”.³⁵ E ainda: a experiência russa já é em parte vitoriosa, notadamente no que se refere à consolidação do ideal emancipatório por entre todos os povos: veja-se o surto de movimentos de libertação que promoveu da África à Ásia.

A audácia bolchevique, dando concretude à utopia da liberdade humana, ofereceu elementos teóricos e práticos a este processo de longa duração a ser erigido pela *práxis* – pois que a teoria, sendo inerente à prática, é por ela construída, na medida em que a constrói.

Notas

* Doutor em História Econômica (USP/CNRS), com formação em Filosofia e Engenharia (USP), e pós-doutorados em Teoria da História (PUC-SP), e Ética e Filosofia Política (USP). Pesquisador do LEPHE-USP e NEHTIPO-PUC-SP. ORCID: 0000-0003-0895-8961.

¹ Sobre a “práxis”, veja-se o Marx desde as “Teses sobre Feuerbach” (1845), e em especial após **O Capital**. Sobre o gênio e liderança de Lenin, ver URBANO RODRIGUES, M. Apontamentos sobre Trotsky. **O Diário**, 11/12/2008. Disponível em: <https://www.odiario.info/apontamentos-sobre-trotsky-o-mito-e-a-realidade/>. Acesso em 01/08/2017.

² LÖWY, M. **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. pp. 9-64; DUSSEL, E. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. México: Siglo XXI, 1990. pp. 232-288; os trabalhos dos dois latino-americanos são bastante convergentes. Sobre a recepção do marxismo no Brasil: KONDER, L., **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. Cf. Hobsbawm, o “breve século XX” termina com a capitulação do projeto soviético frente às forças do capital.

³ TARCUS, H. El marxismo en América Latina y la problemática de la recepción de las ideas. **Temas de Nuestra América**, n. 54, jul-dez/2013, p. 73.

⁴ NETTO, J. P. Nota sobre o marxismo na América Latina. **Marxismo 21**, jul/2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/O-marxismo-na-America-Latina-JP-Netto.pdf>.

JEIFETS, V. Carlos Baliño. **Cuba Posible**, mar/2017. Disponível em:

-
- <https://cubapossible.com/carlos-balino-precursor-del-mellismo-comunista/>.
VITALE, L. **Cuba: de la Colonia a la Revolución**. Santiago: RiL, 1999.
PEREIRA, A. Silvério Fontes – pioneiro do marxismo no Brasil. **Estudos Sociais**, n. 12, 1962. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/artigos/153906/2017-10-09/silverio-fontes-pioneiro-do-marxismo-no-brasil>.
FORNET-BETANCOURT, R. **Transformaciones del marxismo**. México: Plaza y Valdés, 2001. pp. 39-55. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/87128163/El-marxismo-en-America-Latina-Raul-Fornet-Betancourt>. Acesso em: 11/out/2017.
COGGIOLA, O. L. A. Origens do Movimento Operário e do Socialismo no Brasil. **Germinal**, v. 7, n. 2, 2015, pp. 69-79. PUIGRÓSS, A. **La educación popular en América Latina**. Buenos Aires: Colihue, 2016. p. 107. Vide ainda as obras cit. de DUSSEL e LÖWY, cujos parágrafos seguintes também se referem.
- ⁵ RAMOS, G. P. Los años de formación del Partido Comunista en México. **APIA**, jan/2012. Disponível em: <http://www.apiavirtual.net/2012/01/28/los-anos-de-formacion-del-partido-comunista-en-mexico-1919-1924/>. R.D.C. Historia del Partido Comunista de los EE UU. **Acción Comunista**, set/2010. Disponível em www.forocomunista.com. Acesso em 19/maio/2016.
- ⁶ Este tema, bem como vários dos problemas relativos ao marxismo latino-americano tratados neste artigo, foi desenvolvido em alguns de meus trabalhos anteriores, tais como: MARTINS FONTES L., Y. **Marx na América – a práxis de Caio Prado e Mariátegui**. São Paulo: Fapesp/Alameda Editorial, 2017; e **O marxismo de Caio Prado e Mariátegui – formação do pensamento latino-americano contemporâneo**. São Paulo: FFLCH-USP/CNRS-França [Tese], 2015.
- ⁷ DUSSEL, op. cit.. Sobre essa cifra, ela se dá com a chamada “crise dos preços dos alimentos”; vide MARTINS FONTES, Y. **Marxismo e saberes originários – afinidades**. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado (Filosofia-USP, 2017). Ver ainda os dados de relatórios da FAO-ONU, divulgados inclusive pela imprensa conservadora que apoiou tais políticas.
- ⁸ HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 33-34.
- ⁹ Sobre o tema, ver: CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1951; dentre outros.
- ¹⁰ LÖWY, op. cit.
- ¹¹ Ver: La devoción por Lenin. **Claridad**, nov. 1924, ano 2, n. 7, p. 5-6. **Vanguardia Aprista**. Disponível em: <http://www.vanguardiaaprista.com>. Acesso em: 01/ago/2017.
- ¹² RAGO FILHO, A. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. **Cadernos AEL**, v. 8, n. 14/15, 2001.

¹³ FERNANDES, F. Reflexões sobre as revoluções interrompidas. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. pp. 72-76.

¹⁴ LÖWY, op. cit., pp. 15-17.

¹⁵ PAULO NETTO, op. cit.; ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁶ PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966, pp. 165-167 (grifos meus); _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000. pp. 81-82, pp. 354-355. Ver também: SECCO, L. **Caio Prado Júnior – o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 47-48.

¹⁷ MARIÁTEGUI. El índice libro. In: **Temas de educación**, Lima: Amauta, 1970, p. 60 (sobre a escassa leitura); e demais citações, ver: O problema da terra, O processo da literatura, e O progresso da educação pública, In: **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008, pp.97-98; p.314; p.116, pp.136-139 (respec.). Ademais, sobre estes tópicos do pensamento de C. Prado e Mariátegui, ver também minhas citadas obras: MARTINS FONTES, op. cit., 2015; 2017.

¹⁸ LÖWY, op. cit., p. 14 e seg; p. 77 e seg.

¹⁹ L'Internationale Comuniste, n. 15, janeiro de 1921, p. 3311-3312.. In: LÖWY, op. cit., p. 77-78.

²⁰ Como o sugere Löwy (op. cit.).

²¹ L'Internationale... (obra cit.), pp. 3321 e seg.. In: LÖWY, obra cit., pp.83-84.

²² MELLA, J. A. Lenine coronado. **Contracorriente**, ano 5, 1999, pp. 224-225 (tradução própria).

²³ *ibid.*, p. 226. A emenda foi um dispositivo que, contra os espanhóis, autorizava os EUA a intervirem em Cuba.

²⁴ Ver: MELLA, Glosas al pensamiento de José Martí. **IHMCRSC**, “Mella: Documentos y Artículos”, Editorial de C. Sociales, Havana, 1975, pp. 267-274.

²⁵ SILVA GARCÍA, M. Julio Antonio Mella: caminando entre dos revoluciones. **Heraldos Negros**, jul. 2016. Disponível em: <http://heraldosnegros.org/julio-antonio-mella-caminando-entre-dos-revoluciones/>. Acesso em: 19/mai/2017.

²⁶ MELLA, J. A. El grito de los mártires. In: MELLA. **Hombres de la revolución**: Mella. Havana: Impr. Univ., 1971. pp. 17-24.

²⁷ La lucha revolucionaria contra el imperialismo. In: MELLA, op. cit. (1971), pp. 76-78.

²⁸ São admiradores e pesquisadores de sua obra, dentre outros, os marxistas brasileiros: Florestan Fernandes, Alfredo Bosi, C. N. Coutinho, M. Löwy e L. Konder.

²⁹ Vide vários dos ensaios e o prefácio: MARTINS FONTES, Y. Mariátegui e a filosofia de nosso tempo. In: **Defesa do marxismo: polêmica revolucionária e outros escritos**. São Paulo: Boitempo, 2011; e sobre Lenin, nesta mesma

obra: pp. 141 e seg..

³⁰ MARIÁTEGUI, J. C. **Ideologia y política**. Lima: Amauta, 1971, pp. 48 e seg.. Ver também _____. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2010.

³¹ Sobre tal “passagem direta”, a ideia é como a que Marx sugere, em sua correspondência com Vera Zasulich, relativamente Rússia – texto que Mariátegui não conheceu. Ver também: MARTINS FONTES, op. cit., 2015, p. 109 e seg..

³² PRADO JR., op. cit., 2000, p.7 e pp.19-20; 1980, p. 9.

³³ PRADO JR., C. **O mundo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1967. p. 131, p. 181, e pp. 2-9 (respec.); _____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966. pp. 13-20, pp. 30-31, e p. 110 e seg..

³⁴ BAGÚ, S. **Economia de la sociedad colonial**. Buenos Aires: Ateneo, 1949. p. 97 e seg..

³⁵ Hobsbawm (em **Sobre a História**. Cia. Letras, 2013) atribui essa ideia a Koselleck.